

guimarães

Cidade Visível / Visible City



#5 / 2017

quimorões

Cidade Visível / Visible City

Revista gratuita
Free Magazine



CÂMARA
MUNICIPAL DE
GUIMARÃES



património mundial
world heritage

guimarães

Cidade Visível / Visible City

#5
jul – dez 2017

Sobre About

Guimarães - Cidade Visível é publicada semestralmente pela Câmara Municipal de Guimarães, tendo como principal missão a divulgação do Concelho de Guimarães nas suas componentes cultural, turística e patrimonial, bem como a partilha de conhecimento gerado a partir da reflexão exercida sobre o seu território, os seus costumes e as suas gentes.

Guimarães - Visible City is a biannual publication of the Guimarães City Hall mainly devoted to the promotion of the Guimarães municipality in its cultural, touristic and patrimonial dimensions, as well as to the sharing of knowledge and insights on its territory, its traditions and its people.

Contacto Contact

Câmara Municipal de Guimarães
Largo Cónego José Maria Gomes
4804-534 Guimarães
Email: cultura@cm-guimaraes.pt

Por decisão dos respetivos autores, os artigos que integram a presente publicação não cumprem o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com a exceção dos artigos de António José de Oliveira, Filipe Vilas Boas, Jorge Silva e Miguel Melo.

Propriedade Property

Câmara Municipal
de Guimarães

Diretor Director

José Bastos

Editor Editor

Paulo Pinto

Apoio Editorial Editorial Support

João Costa

Colaboradores Contributors

António
Amaro das Neves
António José
de Oliveira
Carlos Correia
Filipe Vilas Boas
Inês Graça
João Almeida
Jorge Silva
Manuela Pimentel
Maria Manuel Oliveira
Miguel Melo
Pedro Moura
Samuel Silva
Vasco Rosa

Tradução Translation

TTM - Traduções
Técnicas do Minho

Capa Cover

Daniel Lima

Design Design

Silvadesigners

Depósito legal Legal deposit

395552/15

ISSN

2183-5403

Tiragem Print Run

1000



HISTÓRIA 8 HISTORY

Vou à Oliveira

ANTÓNIO AMARO DAS NEVES

ARQUITETURA 22 ARCHITECTURE

O Paço dos Duques de Bragança

MARIA OLIVEIRA E INÊS GRAÇA

ILUSTRAÇÃO 32 ILLUSTRATION

Ler com olhos de ver

PEDRO MOURA

ARQUITETURA 60 ARCHITECTURE

Arranjo urbanístico do Largo de Donões no Centro Histórico de Guimarães

MIGUEL MELO

HISTÓRIA 66 HISTORY

Dinâmicas da arquitetura religiosa, pública e privada de Guimarães nos séculos XVII e XVIII

ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA

LITERATURA 88 LITERATURE

150 anos de Raul Brandão

VASCO ROSA

PORTEFÓLIO 94 PORTFOLIO

O Sangue todo na Cabeça

MANUELA PIMENTEL

ARTE 14 ARTS

ENTREVISTA / INTERVIEW

Nuno Cardoso: nem regra, nem excepção

SAMUEL SILVA

ILUSTRAÇÃO 40 ILLUSTRATION

Luís Filipe de Abreu, ilustrador

JORGE SILVA

ARQUITETURA 50 ARCHITECTURE

Arquitectura com Autor

FILIPE VILAS BOAS

LITERATURA 78 LITERATURE

Ave Blues

JOÃO ALMEIDA

COMUNIDADE 82 COMMUNITY

Outra Voz - Um conjunto de emoções fortes

CARLOS CORREIA

105

ENGLISH TEXTS

O Paço dos Duques de Bragança

Contribuição da planta de Guimarães para o seu conhecimento

Ao longo dos seus seis séculos de existência o Paço dos Duques de Bragança nunca perdeu um lugar proeminente na cidade de Guimarães.

Throughout its six centuries of existence, the Palace of the Dukes of Braganza never lost its place of prominence in the city of Guimarães.

O presente artigo resulta do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, em permanente articulação com a Doutora Isabel Fernandes, directora do Paço dos Duques de Bragança, do Castelo de Guimarães e do Museu Alberto Sampaio, e investiga a génese e evolução arquitectónica do Paço dos Duques de Bragança. Este estudo, integrando o conhecimento entretanto produzido sobre o edifício, procura contribuir para uma mais ampla percepção das intervenções de que foi sendo objecto nos séculos passados e, simultaneamente, compreender o seu protagonismo na linhagem paçal a que pertence.

1.

Ao longo dos seus seis séculos de existência o Paço dos Duques de Bragança nunca perdeu um lugar proeminente na cidade de Guimarães: proeminência física – testemunhada pela sua, desde sempre, perene afirmação no *skyline* urbano; proeminência simbólica, enquanto imagem profundamente enraizada na memória colectiva vimaranense, que o reconhece como objeto icónico na história da cidade – e na história do país; e, ainda, proeminência institucional, quer pelo seu carácter de moradia originária de uma das mais elevadas famílias do Reino, quer pela sua adaptação a Residência Oficial do Presidente da República no Norte, em 1959, cinco séculos depois da sua construção.

Esse reconhecimento é-nos transmitido, também, pela sua visibilidade e projecção. Imediatamente na esteira do Castelo de S. Jorge e do Mosteiro dos Jerónimos, o Paço dos Duques foi, no ano transacto, um dos monumentos mais visitado do país¹.

Entre períodos de grande exaltação e outros de evidente declínio, a cronologia

do Paço dos Duques é conhecida e tem vindo a ser amplamente estudada e divulgada. Trata-se de um edifício cuja construção se iniciou no primeiro quartel do século XV a mando de D. Afonso, 1º Duque de Bragança, não existindo a certeza de que tenha chegado a ser, alguma vez, devidamente concluído². Muito em breve conheceu um longo período de abandono parcial, originado pela morte da Duquesa de Bragança, D. Constança de Noronha, em 1480. Apesar desta decadência e consequente silêncio a que se viu remetido, o Paço foi sempre identificado na cidade como um dos seus mais importantes ícones. Sabemo-lo, nomeadamente, por notícias do século XVII, quando a Câmara protestou veementemente contra a autorização real para os frades capuchos utilizarem a pedra do edifício na construção do seu convento, referindo-se-lhe como “[a] obra mais notável que nesta villa visita toda pessoa grande que vem a ella (...)”³.

Voltamos a ter notícias suas a propósito das invasões napoleónicas, quando em 1807 foi aquartelado, tendo permanecido ocupado pelo Exército até à sua cedência ao Ministério da Instrução, em 1935. Reconhecida a sua importância, à escala nacional, pelo Estado Novo, abriu-se assim o último grande ciclo do Paço enquanto edifício de representação, num crescendo que se prolonga até aos nossos dias.

A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) iniciou-se pouco depois, estendendo-se por duas décadas, até 1959, ano em que o Museu Paço dos Duques de Bragança foi inaugurado, tendo a obra sido enaltecida através de uma retórica política que perdura, ainda, associada à sua imagem: “E, finalmente, na Primavera de 1937, começa-se a maior obra vimaranense dos últimos cinco séculos – a reintegração dos famosos Paços dos Duques de Bragança e Guimarães, que

esta gloriosa cidade deve, exclusivamente, ao Génio, à Cultura e ao Patriotismo de Salazar.”⁴

Dando nota do relevo que lhe foi atribuído, aí se instalou, também, a Residência Oficial do Presidente da República no Norte.

2.

A história do Paço, apesar de bastante investigada apresenta, ainda hoje, substanciais interrogações e lacunas. O avançado estado de ruína em que se encontrava quando foi intervencionado pela DGEMN, favoreceu uma aberta controvérsia sobre a adequação das opções arquitectónicas assumidas.

Essa polémica deu origem à difusão, e genericamente aceite, catalogação do actual edifício, quer como uma ‘invenção’ do Estado Novo – fruto da sua política em promover, enquanto expressão arquitectónica oficial, a exaltação da identidade patriótica –, quer como uma interpretação demasiado livre do arquitecto Rogério de Azevedo.

Estudos recentes sobre o Paço dos Duques de Bragança têm vindo, no entanto, a revalorizar a monumentalização de que foi alvo, em particular encontrando no projecto de Rogério de Azevedo o reflexo de uma extensa investigação – desenvolvida pelo próprio, e amplamente apoiada pela pesquisa de Alfredo Guimarães, grande impulsionador do restauro do Paço – e de um conhecimento histórico notável.

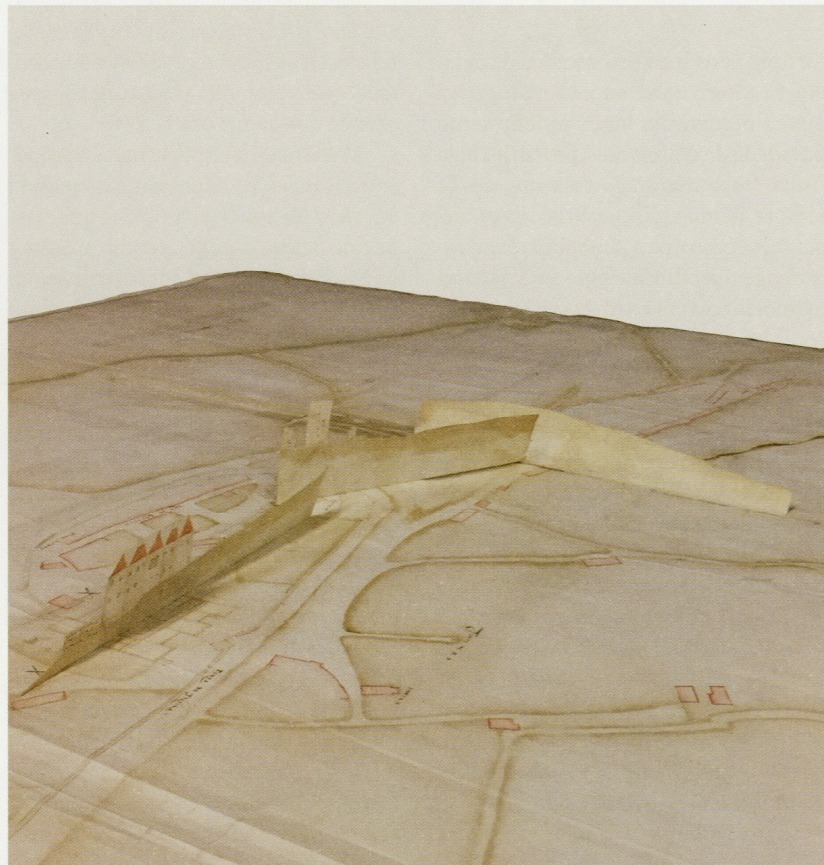
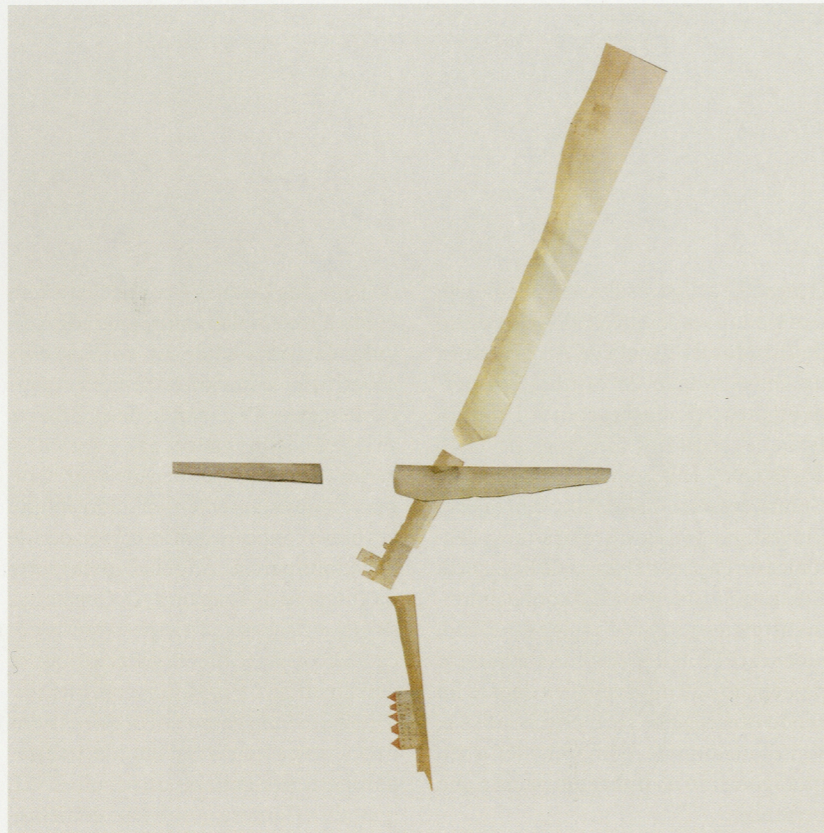
A atenção dada à pré-existência pelo seu projecto, cujas opções se reconhecem deduzidas a partir desse saber e não em retóricas de cariz nacionalista,⁵ permite colocar a hipótese de estarmos perante um dos paços portugueses em que a traça original quatrocentista se encontra mais presente⁶, apesar da extensa reconstituição que foi alvo.

3.

Fundamental para possibilitar este novo olhar sobre o edifício contemporâneo foi a revelação em 2005, por Maria Dulce Faria⁷, da existência da planta quinhentista “De Guimarães”, posteriormente divulgada em Portugal por Mário Gonçalves Fernandes⁸. Esta carta encontra-se, desde 1810, na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, integrando o volume “Mappas do reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado”⁹, juntamente com onze outras do mesmo período, que serão do segundo ou terceiro quartel do século XVI¹⁰.

Não estando assinada, a planta “De Guimarães” – juntamente com a “De Vila do Conde”, que pertence ao mesmo conjunto –, não acolhe ainda consenso sobre a sua datação e encomendadores. Se alguns investigadores associam a encomenda destas duas plantas à família de Bragança¹¹, uma vez que a ela pertencia Vila do Conde (adquirida pelo Infante D. Duarte e herdado por sua esposa, D. Isabel de Bragança), bem como Ducado de Guimarães (oferecido por D. Teodósio, Duque de Bragança, a D. Duarte, como dote de casamento), já Rafael Moreira as atribui a Simão de Ruão, que se encontrava à época na região do Porto, a mando do Cardeal D. Henrique, a “desenhar os lugares onde se construirão novas fortificações”¹².

Pese embora o facto de diferentes conclusões sobre a autoria e/ou encomenda conduzirem a propostas de datação também não coincidentes – o último inclinando-se para o terceiro quartel do século XVI (1568-70), os primeiros para data anterior, c. 1540¹³ – é um facto que a proximidade temporal da planta “De Guimarães” à construção do edifício nos permite considerar a pormenorizada representação do Paço que nela surge, bastante fiel à sua espacialidade original. Esta acuidade é-nos sugerida pela sua exactidão métrica, que percorre várias escalas – desde a urbana à do edificado –, testada através de um exercício de sobreposição a levantamentos actuais.



P. 24

Perfis elevados e rebatíveis.
A partir de “De Guimarães”, c.1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Fot. CE.EAUM, 2016)

High and foldable profile
According to “De Guimarães”, c.1569, plant of unknown author, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Collection of Fundação Biblioteca Nacional (Fot. CE.EAUM, 2016)

“De Guimarães”, c.1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Fot. CE.EAUM, 2016)

“De Guimarães” c.1569, plant of unknown author, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Collection of Fundação Biblioteca Nacional (Fot. CE.EAUM, 2016)

P. 25

“De Guimarães”, c.1569, planta de autor desconhecido, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Encontram-se assinalados os acessos à vila e o seu sistema defensivo, assim como, as portas e torres da Vila Alta. (CE.EAUM, 2017)

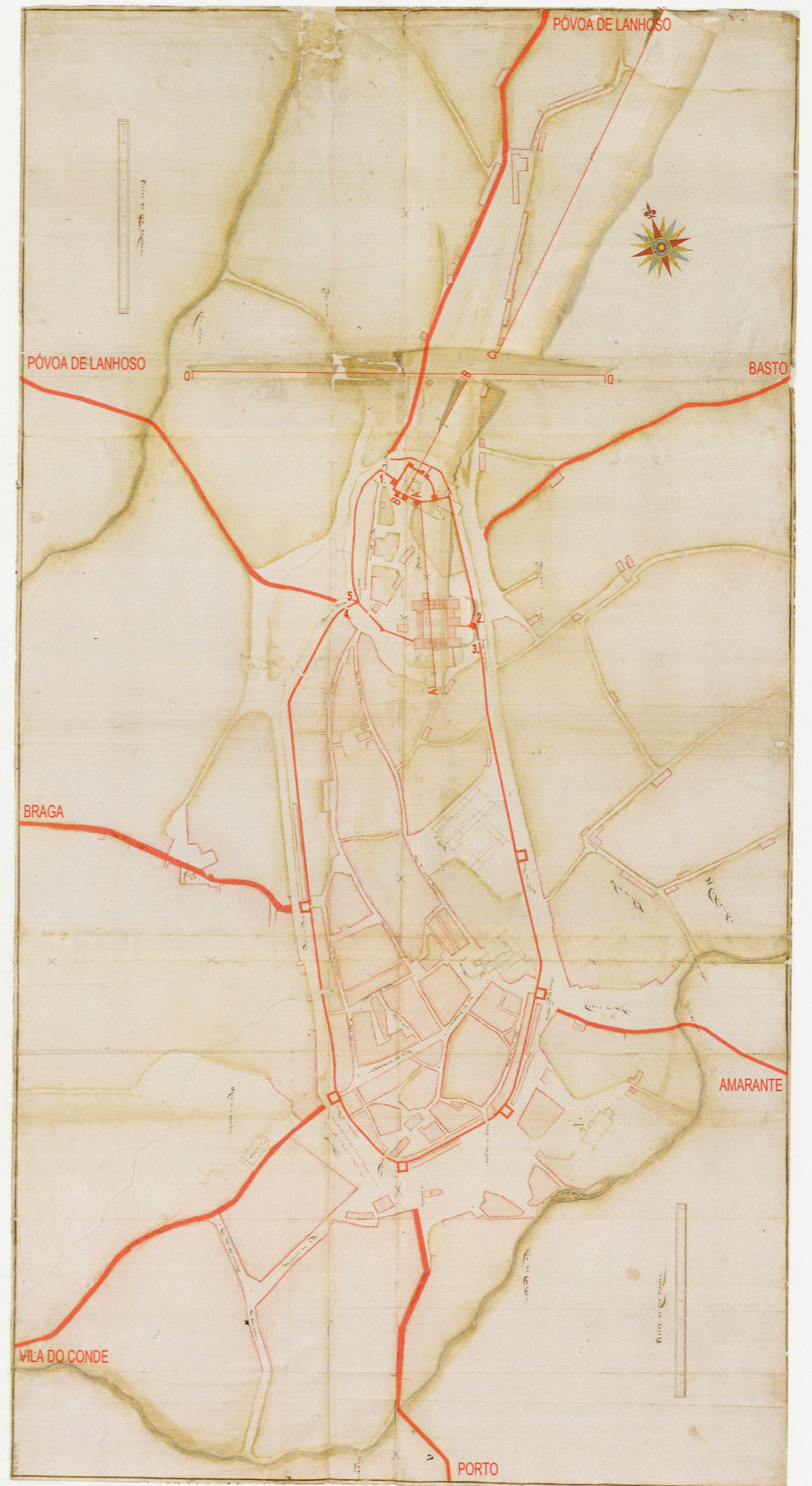
“De Guimarães”, c.1569, plant of unknown author, in: Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Collection of Fundação Biblioteca Nacional. The access to the village and its defensive system are marked, as well as the doors and towers of Vila Alta. (CE.EAUM, 2017)

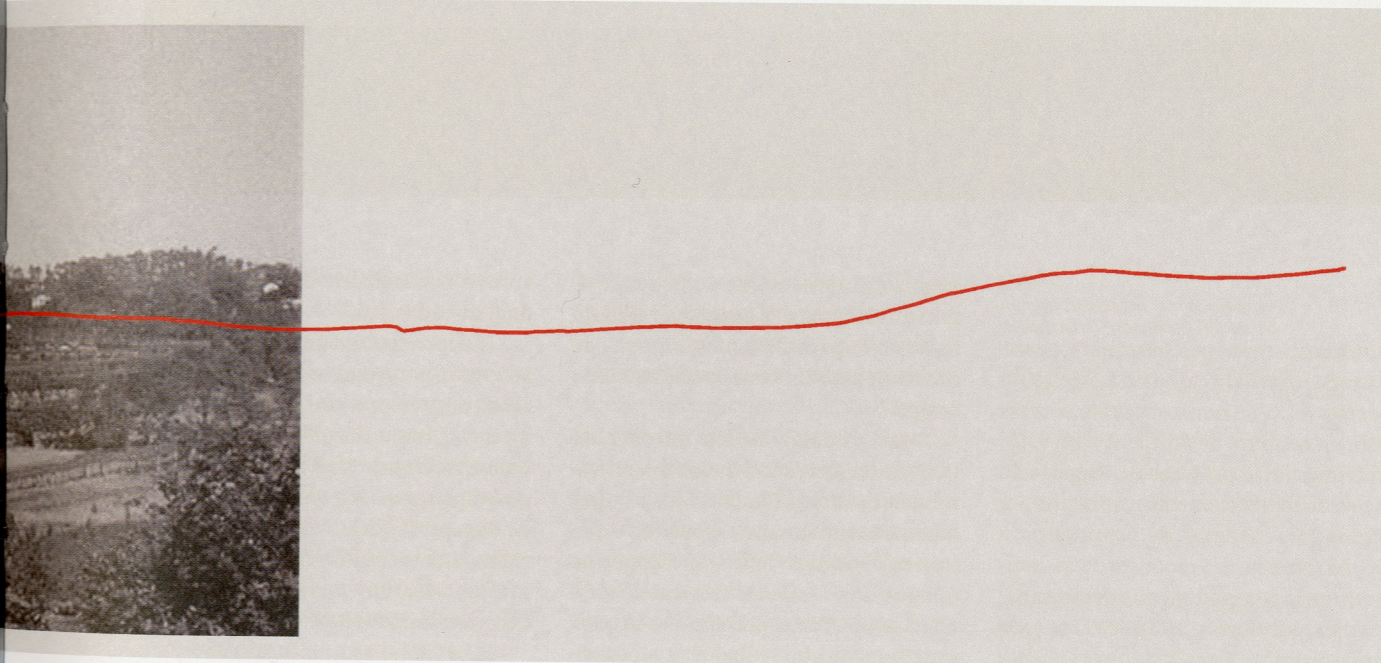
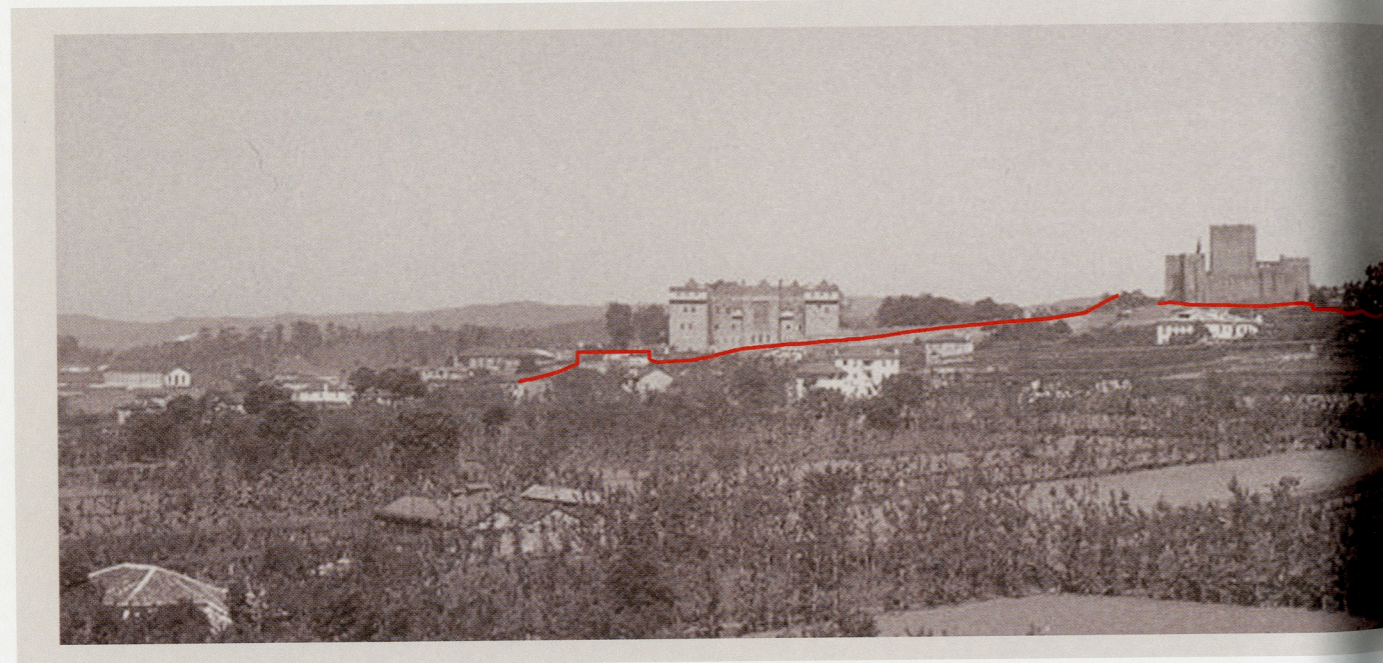
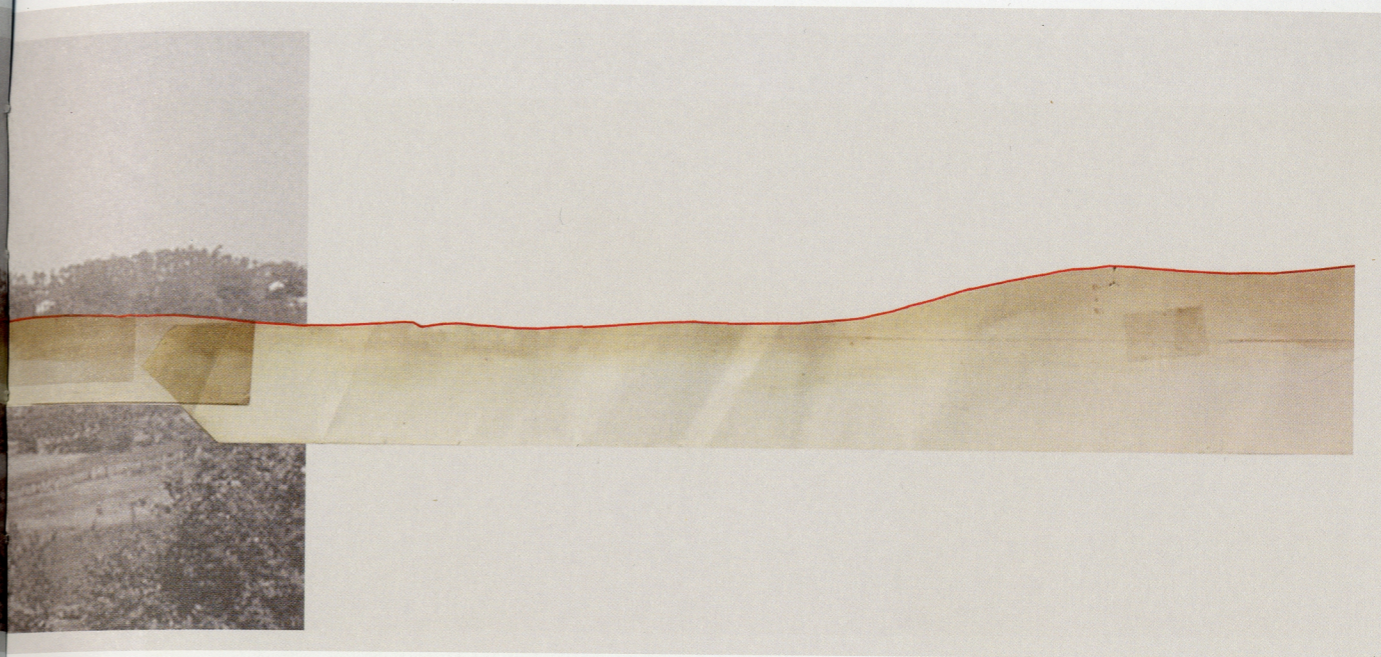
As Torres e Portas da Vila segundo “De Guimarães”:

1. Porta do Castelo
2. Torilhão da Freiria
3. Porta da Freiria
4. Porta da Garrida
5. Torilhão da Garrida

The towers and the doors of the old town according to “De Guimarães”:

1. Castle Gate
2. Freiria Tower
3. Freiria Gate
4. Garrida Gate
5. Garrida Tower





A partir de: fotografia SIPA, c.1960; perfis elevados e rebatíveis AA, BB e CC, planta "De Guimarães", c.1569. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2017)

A partir de: fotografia SIPA, c.1960; recorte topográfico dos perfis elevados e rebatíveis AA, BB e CC, planta "De Guimarães", c.1569. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2017)

From: photography SIPA, c.1960; High and foldable profile AA, BB e CC, plant "De Guimarães", c.1569. Collection of Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2017)

From: photography SIPA, c.1960; topography of high and foldable profile AA, BB e CC, plant "De Guimarães", c.1569. Collection of Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2017)

A "De Guimarães" é uma planta extraordinária, não apenas pelo seu rigor e beleza, mas, também, porque apresenta dois perfis tendencialmente perpendiculares, elevados e rebatíveis, que se cruzam a nascente da colina do Castelo e do Paço.

Estes perfis não atravessam totalmente a cidade, mas procuram representar a sua cota mais elevada, sublinhando a

importância estratégica, morfológica e simbólica daqueles dois edifícios e, simultaneamente, o vínculo da vila à Casa de Bragança. Precisos no seu desenho, quando rebatidos representam o terreno e os edifícios em planimetria; quando elevados, o Castelo surge em corte, com a torre de menagem, e o Paço em alçado – sendo que para obter esta vista em medida

real, a orientação do corte quinhentista inflectiu, comprovando a intencionalidade dessa representação. São precisos, também, em altimetria, revelando o seu rigor quando comparados com perfis similares realizados a partir de cartografia actual.

Corroborando esta veracidade, encontramos o alçado da comumente designada Fachada Nascente: de facto,

a representação quinhentista é de uma notável exactidão, confirmada pelo seu cotejamento com os levantamentos realizados pelo Exército em inícios do século XIX, e pela DGEMN, nos anos 30 do século XX. O elevado grau de pormenorização daquele desenho é, ainda, testemunhado pelas fotografias efectuadas pela DGEMN à mesma época.



4.

Realizado num período em que na Europa instruída, ainda na esteira do século XIX, se confrontavam teorias sobre o restauro de edifícios com valor patrimonial, o projecto de Rogério de Azevedo foi abertamente contestado por vários dos seus pares. Se, por um lado, a opção tomada, de ‘reconstituição integral’ era já por muitos considerada anacrónica, por outro, o estado de avançada ruína do Paço e a ausência de evidências sobre o que ele teria sido no passado, levaram a rotular a sua proposta como uma hipótese pouco fundamentada, um pastiche elaborado a partir de obras análogas francesas e italianas.

José Marques da Silva, seu mestre e professor, escrevia já em 1934 que “[as intervenções] que mais ferem a nossa sensibilidade é o que se faz nos países cultos do mundo. Desnaturá-las para ficarem muito compostas e completas, fazendo-se novo onde nada existia ou

existia diferentemente é um crime. E sem dúvida, para se conseguir a adaptação do Paço dos Duques, ter-se-ia de construir mais de novo do que existe de antigo.”¹⁴

Mas o maior crítico da obra de Rogério de Azevedo à época foi, provavelmente, Alfredo Pimenta, que em 1942 iniciou um acalorado – e público – diálogo entre ambos¹⁵, que se prolongou no tempo e cujos reflexos se mantêm até à actualidade. Escrevia então que “A qualquer solução que se lhe dê [à reconstituição dos Paços dos Duques], em face da penúria absoluta de documentos é puramente conjectural; (...) abonarão, quanto muito, o poder imaginativo de artistas e arquitectos.”¹⁶

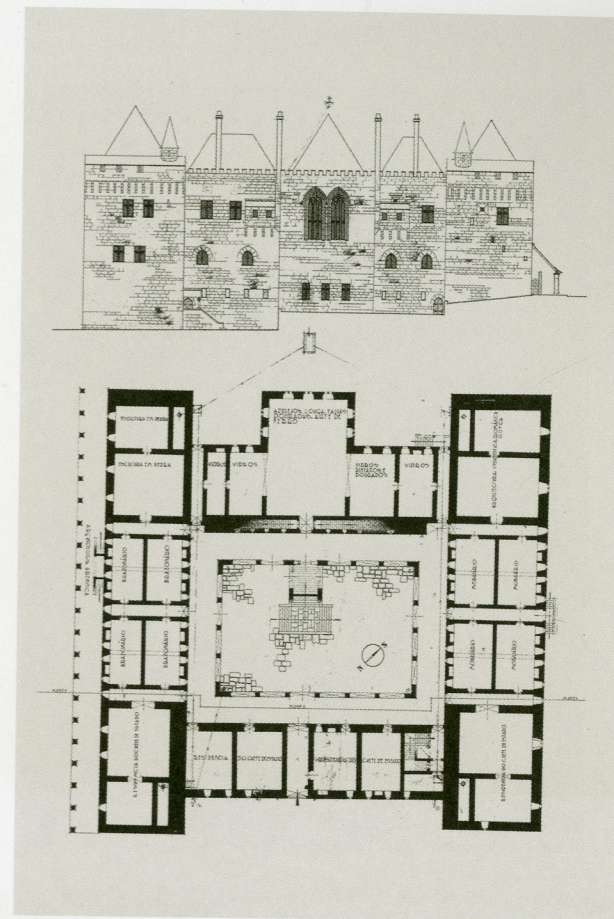
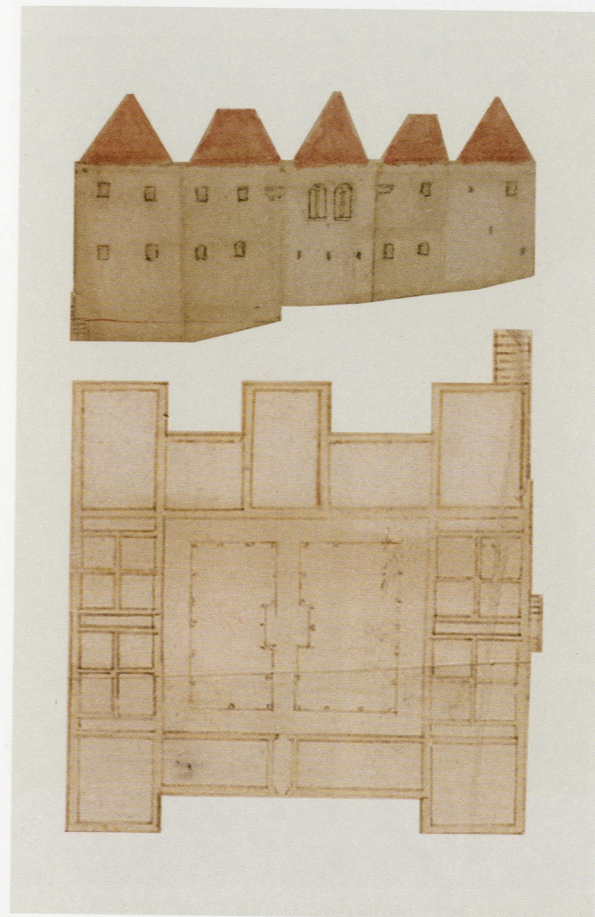
A erudição e rigor metodológico de Rogério de Azevedo, têm vindo, no entanto, a ser progressivamente valorizadas: “A estimulante análise [do seu percurso] obriga a um deambular pelas várias épocas da história da arquitectura, comprovando a sabedoria do seu

autor e a qualidade e coerência individual de cada obra.”¹⁷

Independentemente da abordagem adoptada por Rogério de Azevedo, baseada no pressuposto da ‘reconstituição integral’, importa sublinhar que o trabalho efectuado no Paço dos Duques de Bragança e zona envolvente resulta de uma profunda investigação, sempre acompanhada pelo meticuloso registo gráfico e escrito – das suas perplexidades, questionamentos e opções.

Não influenciado, naturalmente, na discussão teórica relativa à opção pela reconstituição integral do edifício, a revelação da planta “De Guimarães” vem iluminar algumas das questões mais contestadas da reabilitação do Paço dos Duques de Bragança, respeitante à afirmação de que as decisões de projecto do seu restauro seriam pouco fundamentadas.

De imediato ressalta a solução encontrada por Rogério de Azevedo para o desenho dos telhados – tão



severamente criticada ao longo das décadas -, agora validada pela “De Guimarães”, no alçado Nascente retratado no perfil rebatível que passa junto ao Paço. Nele se encontram representados, coloridos a vermelho, telhados tão semelhantes, na forma e na proporção, àqueles que o arquitecto desenhara quatro séculos depois, que se diria que o conhecimento desse alçado existia já à época do projecto. Uma dedução tão precisa, só pode ter sido baseada num minucioso conhecimento quer do próprio edifício, quer dos seus congéneres.

Comprovando a pesquisa que Rogério de Azevedo desenvolveu para alicerçar o projecto, e a sua atenção ao detalhado levantamento em que terá suportado muitas das decisões, encontramos ainda vários exemplos, dos quais um dos mais interessantes será aquele que ao pátio se refere.

Os enigmáticos vestígios de fundações encontrados na prospecção

arqueológica do pátio realizada nos anos 30 – cujos registos desapareceram, mas que o arquitecto refere nas suas notas – conduziram-no, em 1939, à elaboração de duas propostas, solicitando a sua apreciação pelo Conselho Superior de Belas-Artes. Numa delas – a aprovada pela DGEMN – propunha a execução de uma escadaria monumental que conduzia à entrada da capela, localizada no piso superior. Construída, e depois “Implacavelmente arrasada”¹⁸ sob instrução de Baltazar de Castro, percebemos hoje em dia, que a implantação dessa escada condiz com uma estrutura, até há pouco tempo não identificada, representada no interior do pátio pela “De Guimarães”. O levantamento de 1816, realizado pelo Exército, ainda dá nota da existência dessa estrutura. No entanto, tendo-a posteriormente demolido, não deixou qualquer outro registo que esclarecesse o que ela seria.

Apenas muito recentemente foi publicada informação adicional¹⁹, a partir

P. 28
Alçado Nascente, perfil elevado e rebatível e Planta Piso Térreo do Paço dos Duques de Bragança.

A partir de Planta “De Guimarães”, c.1569. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2016)
East elevation, high and foldable profile and ground floor plant of Paço dos Duques de Bragança From “De Guimarães”, c.1569. Collection of Fundação Biblioteca Nacional (CE.EAUM, 2016)

P.29
Corpo Nascente do Paço dos Duques de Bragança, DGEMN. (SIPA, c.1935)
East body of Paço dos Duques de Bragança, DGEMN (SIPA, c.1935)

Alçado Nascente e Planta Piso Térreo do Paço dos Duques de Bragança.
Projeto de Rogério de Azevedo, DGEMN. (SIPA, c.1939)
East elevation and ground floor plant of Paço dos Duques de Bragança Project by Rogério de Azevedo, DGEMN. (SIPA, c.1939)



P. 30
"Inside the Palace of Braganza", Folha 19 in: John Synge, "Book of paintings made in Portugal", Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin, 1813. "Inside the Palace of Braganza", Folha 19 in: John Synge, "Book of paintings made in Portugal", Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin, 1813.

P. 31
Fotografia / Photography
(SIPA, c.1935)

Fotografia / Photography
(SIPA, c.1960)

de um documento iconográfico que adquire uma importância acrescida, porque não só clarifica aquela planta, como valoriza o esforço interpretativo de Rogério de Azevedo em relação aos vestígios encontrados. O caderno de viagem de John Synge, do início de Oitocentos, intitulado "Book of paintings made in Portugal"²⁰, contém uma perspectiva do pátio do Paço, revelando que este era dividido em duas partes, sensivelmente simétricas, por uma arcaria orientada à entrada principal.

5.

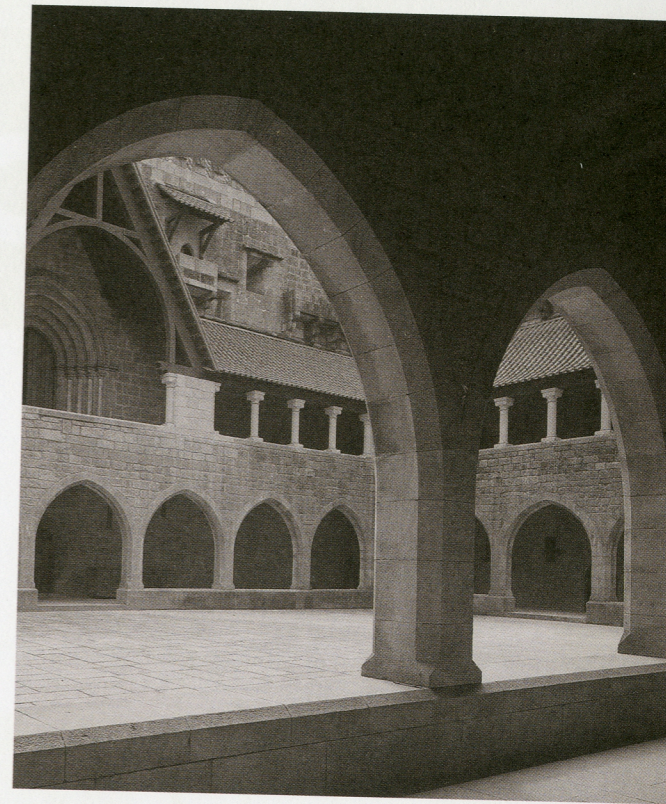
Embora em planimetria nos revele apenas o desenho da cota térrea, a "De Guimarães" permite ler a matriz compositiva que orientou a concepção do edifício, acrescentando informação que fundamenta, com consistência, algumas hipóteses sobre o que poderia ter sido o Paço na sua versão idealizada - embora, provavelmente, não completamente construída.

Dentro das conjecturas entretanto colocadas a partir do seu conhecimento,

uma das mais estimulantes será, talvez, a de o projecto inicial prever a execução de uma *loggia* na ala poente²¹, que seria acedida pela passagem superior da galeria central do pátio, desenhada por Synge. Orientada ao vale e, aparentemente, ao acesso à cidade pelas estradas da Póvoa de Lanhoso, Braga e Vila do Conde, essa varanda coberta seria, sem dúvida, um elemento de cultura e conforto senhorial.

E, talvez mais significativo ainda, face à recíproca visibilidade que proporcionava a quem estava sedado e a quem se aproximava da vila, constituiria uma eloquente afirmação do domínio e poder da família de Bragança sobre os territórios que envolviam o seu Paço.

Na sua comprovada fidelidade, a planta "De Guimarães" apresenta-se, assim, como uma fonte inquestionável, e preciosa, para o conhecimento não só da vila quinhentista e dos seus limites, das suas ruas, quarteirões e traçado das muralhas, como dos seus edifícios mais marcantes, entre os quais se destaca o Paço dos Duques, na sua morfologia e espacialidade originais. ●



NOTAS

1. Enquanto conjunto, o Castelo de Guimarães, o Paço e o Museu Alberto Sampaio, receberam, em 2016, cerca de um milhão e meio de visitantes, conforme dados disponíveis em: <http://www.cultura-norte.pt/> [consultado em 05-06-2017]
2. AZEVEDO, Torcato Peixoto de - "Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães" (Original de 1692), Porto: Typographia da Revista, 1845. p. 155. in "Paço dos Duques de Bragança", Guimarães. Boletim da DGEMN, n.º 102, Dezembro de 1960. p. 20.
3. "Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa". 31 de Janeiro de 1666. Transcrição de Maria José Meireles, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213.
4. GUIMARÃES, Alfredo - "Guimarães. Guia de Turismo", Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1940. p. 60.
5. "(...) Rogério de Azevedo nunca foi um arquitecto do regime e muito menos praticou uma arquitectura comprometida com valores de representação do Estado, pelo menos não na forma que este enunciado contém de depreciativo." PIMENTEL, Jorge - "Obra pública de Rogério de Azevedo. Os anos do SPN/ SNI e da DGEMN". Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidad de Valladolid, 2014. p. 58.
6. "Estamos, portanto, perante uma parte de uma habitação senhorial do séc. XV que se conseguiu manter mais ou menos intacta até hoje (...)." FERNANDES, Isabel - "Paço dos Duques de Bragança: novos dados sobre o edifício". A Cidade de Évora, III Série, nº1 2016. p. 551.
7. FARIA, Maria Dulce - "A planta de Guimarães

no atlas factício de Diogo Barbosa Machado". 21st International Conference on the History of Cartography, 17 a 22 de Julho de 2005, Budapeste.

8. FERNANDES, Mário Gonçalves - "As plantas 'de Guimarães e 'de Vila do Conde', da Biblioteca Nacional do Brasil". Passado & Presente para o Futuro. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. 10 a 13 de Dezembro de 2009. Ouro Preto: Minas Gerias - Brasil.
9. CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da - "Portugaliae Monumenta Cartographica", Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960. Volume 5, p.94.
10. Apesar de originalmente situadas na segunda metade do século XVII por A. Cortesão e A. Mota, Rafael Moreira defende uma datação anterior, na segunda metade do século XVI. O autor defende também que "(...) devia formar um relatório para estudo do provedor das obras e do "mestre-mor" das fortificações do Reino, e constitui exemplo único que nos resta de época anterior ao período filipino.". In PAULINO, Francisco (Coord.) - "A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa", Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Porto, 1994. pp. 152-155.
11. AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA, Marta; RAMOS, Sílvia, "Guimarães: ad radicem montis Latito". Monumentos, Nº33, Abril 2013. p. 12.
12. "Cf. Rafael Moreira: 'Simão de Ruão, filho do escultor renascentista João de Ruão, foi enviado ao Porto em 1567 pelo regente Cardeal D. Henrique para planejar a fortificação da Foz do Rio Douro; deve ter ido a Vila do Conde (cujo desenho está aí) em 1568-70 desenhar os lugares onde se construirão novas fortificações...' E-mail enviado a Maria

Dulce de Faria em 18 de Abril de 2017. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html [consultado a 06-06-2017]

13. AFONSO, José Ferrão; OLIVEIRA, Marta; RAMOS, Sílvia, - Op. Cit. p. 11.
14. SILVA, José Marques da, Jornal Notícias de Guimarães, 1934. Disponível em: http://pduques.culturanoeste.pt/pt-PT/Paco_Duques/pdhist/restauro/ContentDetail.aspx [consultado em 05-06-2017]
15. PIMENTA, Alfredo - "A propósito do Paço dos Duques", Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1942. AZEVEDO, Rogério de - "Despropósito a Propósito do Paço dos Duques de Guimarães - Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta", Porto: Livraria Fernando Machado & Cª Lda, 1942.
16. PIMENTA, Alfredo - Op. Cit. p. 304.
17. COSTA, Ana Sousa Brandão Alves - "Projecto e Circunstância. A coerência na diversidade da obra de Rogério de Azevedo". Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidade do Porto, 2016. V.1, p. 375
18. "(...) após a minha saída dos Monumentos (...) a escada, que chegou a construir-se, foi implacavelmente arrasada. (...) Para lá poderem dar espectáculo, não houve dúvidas em sacrificar um dos elementos mais característicos destes Palácios,...". AZEVEDO, Rogério de - "O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques, de Guimarães", Boletim Cultural, Vol. XXV. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962. pp. 12-13.
19. FERNANDES, Isabel - Op. Cit. p. 542.
20. SYNGE, John - "Book of paintings made in Portugal". Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin, 1813. Fls. 18 e 19.
21. FERNANDES, Isabel - Op. Cit. p. 543.